

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.549.653 - SP (2019/0215347-2)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE : J.L. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA**  
**ADVOGADO : FÁBIO MESQUITA RIBEIRO E OUTRO(S) - SP071812**  
**AGRAVADO : FRANCISCO JOSE BARROS DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : ANTONIO HARUMI SETO - SP170903**

### **EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL PREVENTIVA. SÚMULA 284/STF. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA DEVIDOS. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

### **DECISÃO**

Cuida-se de agravo interposto por J. L. Empreendimentos e Participações Ltda. contra a decisão de fls. 239-241 (e-STJ), proferida em juízo provisório de admissibilidade, na qual foi negado seguimento ao recurso especial.

O recurso especial foi deduzido em desafio aos acórdãos de fls. 151-161 e 168-175 (e-STJ), prolatados pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementados:

EMBARGOS DE TERCEIROS - SUCUMBÊNCIA - Embargada que contestou os embargos, opondo-se ao levantamento da constrição que recaiu sobre o bem em litígio - A posterior manifestação da embargada, afirmando que não mais se opunha à pretensão do embargante relativa ao cancelamento da averbação premonitória, não a desonera dos ônus da sucumbência, pois evidencia o reconhecimento jurídico do pedido inicial e o descabimento da contestação anteriormente apresentada - Deve a embargada arcar com as verbas decorrentes da sucumbência, nos termos do art. 85 do novo Código de Processo Civil - "Nos Embargos de Terceiro cujo pedido foi acolhido para desconstituir a constrição judicial, os honorários advocatícios serão arbitrados com base no princípio da causalidade, responsabilizando-se o atual proprietário (embargante), se este não atualizou os dados cadastrais. Os encargos de sucumbência serão suportados pela parte embargada, porém, na hipótese em que esta, depois de tomar ciência da transmissão do bem, apresentar ou insistir na impugnação ou recurso para manter a penhora sobre o bem cujo domínio foi transferido para terceiro" - Entendimento consolidado do STJ, no julgamento do REsp 1452840 / SP, sob o rito dos recursos repetitivos - Inaplicabilidade, na espécie,

# *Superior Tribunal de Justiça*

da súmula 303 do STJ - Recurso improvido. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - REDUÇÃO - Pretensão da embargada de reduzir os honorários advocatícios que lhe foram carreados - Descabimento - Valor fixado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) - Valor que não se mostra excessivo - Sentença mantida - Recurso improvido, neste aspecto. RECURSO IMPROVIDO.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO - Inocorrência - Sem razão à embargante quando afirma que o v. acórdão foi omissor por não ter se manifestado expressamente sobre os artigos 615-A, do antigo Código de Processo Civil e 188, I, do Código Civil, uma vez que a sucumbência foi a ela imposta não porque procedeu à averbação premonitória na matrícula do imóvel, mas sim porque ela apresentou contestação e foi vencida em suas teses - Matéria pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1452840 / SP, sob o rito dos recursos repetitivos - Impossibilidade de rediscussão da matéria devidamente apreciada - Questões analisadas de forma precisa pela Turma Julgadora - Natureza infringente dos embargos de declaração - "Mesmo após a vigência do CPC/2015, não cabem embargos de declaração contra a decisão que não se pronunciou sobre determinado argumento que era incapaz de infirmar a conclusão adotada" (STJ. 1ª Seção. EDcl no MS 21.315-DF, Rel. Min. Diva Malcrbi, julgado em 8/6/2016) - Ausência das hipóteses previstas no artigo 1.022, do novo Código de Processo Civil Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 177-200), apontou a insurgente, além de dissídio jurisprudencial, a existência de violação dos arts. 85, 828 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015; e 188, I, Código Civil. Sustentou, em síntese, que o credor que indica à penhora imóvel transferido a terceiro mediante compromisso de compra e venda sem registro no Cartório de Imóveis não pode ser condenado nos ônus da sucumbência em embargos de terceiros.

Contrarrazões às fls. 226-237 (e-STJ).

A Corte de origem deixou de admitir o recurso sob os seguintes fundamentos: a) não ocorrência de negativa de prestação jurisdicional; b) não demonstração da violação aos dispositivos arrolados; c) incidência da Súmula 7/STJ; e d) não comprovação do dissídio jurisprudencial.

Daí o presente agravo, no qual a insurgente contesta a aplicação dos óbices.

Contraminuta às fls. 268-283 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame

# Superior Tribunal de Justiça

do recurso especial.

De início, verifica-se que a alegação de negativa de prestação jurisdicional foi feita de forma preventiva (genérica), sem especificar, objetivamente, os pontos da demanda sobre os quais o Tribunal de origem teria deixado de se pronunciar.

Veja-se à fl. 199 (e-STJ):

58. Assim, caso Vossas Excelências entendam que as matérias abordadas nos tópicos anteriores não foram enfrentadas pelo E. Tribunal "a quo", o que se admite apenas por argumentar, de rigor, então, o reconhecimento de violação ao artigo 1.022, I e II, do CPC/15.

A alegação de negativa de prestação jurisdicional de forma genérica faz incidir a Súmula 284/STF a impedir o conhecimento do recurso.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA Nº 284/STF. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.

1. O recurso especial que indica violação dos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, mas traz somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia.

2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa sem a produção de prova quando o tribunal de origem considerar substancialmente instruído o feito, declarando a existência de provas suficientes para seu convencimento. Rever tal conclusão acarreta a incidência da Súmula nº 7/STJ.

3. Ausente o prequestionamento, até mesmo de modo implícito, de dispositivos apontados como violados no recurso especial, incide o disposto na Súmula nº 211 do STJ.

4. A necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.140.214/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/11/2017, DJe 20/11/2017).

No mérito, a jurisprudência desta Corte é no sentido de que, tendo o exequente tomado ciência da transmissão do bem quando do ajuizamento dos embargos

# *Superior Tribunal de Justiça*

de terceiro e oferecido contestação, impondo resistência aos fundamentos da embargante a fim de manter a penhora sobre o bem cujo domínio foi transferido, cabível a sua condenação nos ônus da sucumbência.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. ALIENAÇÕES SUCESSIVAS POSTERIORES AO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO E PENHORA DO BEM. TERCEIRO DE BOA-FÉ. FRAUDE À EXECUÇÃO AFASTADA. VERBA HONORÁRIA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SUCUMBÊNCIA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. 1. Embora a constrição tenha ocorrido antes do registro da alienação, o exequente tomou ciência da transmissão do bem quando do ajuizamento dos embargos de terceiro e ofereceu contestação, impondo resistência aos fundamentos da embargante, a fim de manter a penhora sobre o bem cujo domínio foi transferido, de modo que lhe é imputável o ônus da sucumbência. 2. Nos termos da jurisprudência do STJ, prevaleceria o princípio da causalidade se o exequente, diante da propositura dos embargos de terceiro, não tivesse contestado o feito, quando seria, então, sustentável a tese da condenação da embargante na verba honorária. 3. Ao revés, aplica-se o princípio da sucumbência, mostrando-se viável a condenação do embargado nos ônus sucumbenciais, quando configurada pretensão resistida nos embargos de terceiro, ou seja, quando for contestada a ação pelo credor embargado que insiste na manutenção da penhora. Nesse sentido: AgInt no AREsp 782.290/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, julgado em 22/8/2017, DJe de 13/09/2017; AgRg no REsp 827.791/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, Segunda Turma, DJ de 17/8/2007; REsp 441.790/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Segunda Turma, DJ de 1º/8/2006. 4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1278007/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 09/02/2018).

Dessa forma, a decisão recorrida refletiu o entendimento desta Corte, motivo pelo qual não merece reforma.

Diante do exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado do recorrido em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

